

A ausência da temática da acessibilidade na formação em museologia no Brasil

The absence of the theme of accessibility in museology education in Brazil

Recebido em: 31/01/2024

Aprovado em: 23/05/2024

Karlla Kamylla Passos

Carla Grião da Silva Bernardino

Jessica Norberto Rocha

[Sobre as autoras >>](#)

RESUMO

Este texto aborda a ausência do tema acessibilidade na formação em museologia no Brasil. Utilizamos a bibliometria como metodologia, analisando os projetos pedagógicos das graduações em museologia em universidades públicas. Para a análise da pós-graduação, realizamos uma busca nas dissertações e teses. A abordagem documental e a revisão bibliográfica procuram destacar contribuições de museólogas e iniciativas que não estão diretamente relacionadas à graduação em museologia, mas que têm debatido acessibilidade. Os resultados revelam que apenas um curso no país tem disciplina obrigatória sobre acessibilidade, e o número de trabalhos em nível de pós-graduação é bastante reduzido. Os dados indicam uma carência significativa na abordagem da acessibilidade na formação em museologia. Esperamos que este estudo contribua para a reflexão da importante inserção da acessibilidade cultural nas estruturas curriculares, e que essa temática seja integrada à formação inicial e continuada de futuras, futuros e futuras pessoas museólogas.

Palavras-chave: Acessibilidade cultural; formação em museologia; graduação; pós-graduação.

ABSTRACT

This text discusses the absence of “accessibility” in Museology education in Brazil. We conducted a bibliometric analysis of the Political-Pedagogical Projects of the undergraduate courses in Museology in public universities. We also searched for dissertations and theses at the graduate level. Additional documentary studies and bibliographic review were performed to identify museologists and initiatives that are not directly linked to undergraduate courses in Museology but still are debating accessibility. The findings reveal that only one undergraduate course in the country provides a mandatory course on accessibility, and the amount of research on this topic at the graduate level is relatively low. This data indicates a significant lack of the theme “accessibility” in Museology education in Brazil. We expect this study will raise awareness about the topic’s relevance, encourage its integration into the curricular structures of both undergraduate and graduate courses in Museology in Brazil and that this theme be integrated into the initial and continued training of future museologists.

Keywords: Cultural accessibility; Museum education; undergradution; graduate studies.



O início

O presente texto tem como objetivo refletir sobre a ausência do tema “acessibilidade” na formação em museologia no Brasil, especificamente nos cursos de graduação e pós-graduação. Iniciaremos versando brevemente sobre a legislação contemporânea dos direitos das pessoas com deficiência e, em seguida, sobre a acessibilidade no campo da museologia. Posteriormente apresentaremos os procedimentos metodológicos da presente pesquisa e os resultados e discussões. Adicionado a isso, trazemos, por um lado, vozes que foram ou estão sendo abafadas e, por outro lado, vozes e iniciativas que estão potencializando a discussão sobre acessibilidade, mas que ainda precisam de mais espaço no universo museal.

A acessibilidade e o acesso são bens históricos, culturais, artísticos e científicos, direitos fundamentais presentes em diversos documentos oficiais internacionais e nacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos,¹ a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,² a Lei nº 11.904/2009, que institui o Estatuto de Museus,³ e a Lei nº 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI).⁴

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a acessibilidade refere-se à garantia de que as pessoas com deficiência possam participar plenamente de todos os aspectos da vida em igualdade de condições com as demais pessoas sem deficiência. Isso inclui acesso físico a informações e à comunicação, bem como acesso à educação e a tecnologias. Na LBI, verificamos que a acessibilidade é um direito que garante à

¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris, 1948. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-Persons-with-disabilities.html#Fulltext>. Acesso em: 31 jan. 2024.

³ BRASIL. *Lei nº 11.904/2009*. Estatuto de Museus. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 11 jul. 2015.

⁴ BRASIL. *Lei nº 13.146/2015*. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 28 dez. 2020.

pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. Essa lei também atualiza outros marcos de regulamentação da nossa legislação com relação à inclusão⁵ de pessoas com deficiência e inclui os tópicos da Convenção da ONU de 2006, ratificada pelo Brasil em 2008.

Acessibilidade universal e acessibilidade cultural são conceitos que se encontram embutidos nessas legislações (e direitos) e que permeiam o universo museal e dos estudos da museologia – apesar de não estarem apenas restritos a elas. O primeiro refere-se à implementação de medidas que visam proporcionar acesso a um amplo espectro da população, com ou sem deficiência; o segundo concentra-se em aspectos culturais, indo além dos recursos de acesso à informação ao abordar medidas destinadas à promoção da participação mais ampla de pessoas com deficiência em espaços culturais.

Especificamente em relação aos museus, a acessibilidade é apresentada pelo Estatuto de Museus na subseção III (“Da difusão cultural e do acesso aos museus”). No artigo 35, lemos: “Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente”. O estatuto prevê também o “Programa de acessibilidade a todas as pessoas”, que deve constar nos planos museológicos das instituições. Há, porém, um número considerável de museus que não possuem plano museológico, tampouco um programa de acessibilidade, o que nos faz refletir sobre a efetividade dessa legislação e como as dificuldades em sua execução podem ser compreendidas também pela falta de formação específica em acessibilidade oferecida pelos cursos de museologia.

Ampliar os aspectos relacionados à acessibilidade é tarefa fundamental para garantir a participação plena de uma diversidade de sujeitos que, outrora, estavam excluídos dos espaços por não

⁵ O termo “inclusão” é adotado pelas autoras devido à sua ampla utilização em discussões sobre diversidade e acessibilidade e sua associação com ideais de equidade e justiça social. Ao optarem por esse termo, as autoras buscam estabelecer uma linguagem comum e acessível, que possa facilitar a comunicação e o engajamento com diferentes públicos. No entanto, é importante ressaltar que o termo, assim como tantos outros, deve passar por revisões e abordagens críticas e reflexivas, tendo em vista reconhecer a diversidade intrínseca da experiência humana e promover a plena participação e igualdade de oportunidades para todas as pessoas.

terem consideradas suas corporeidades, habilidades, formas de ser e estar na sociedade. Nesse sentido, a acessibilidade é tanto um fundamento ético quanto um instrumento de proteção de direitos humanos e, em última análise, da própria democracia. É, também, um preceito garantido por legislação específica no Brasil. Assim, ressaltamos a importância de a acessibilidade constar de forma transversal em todos os programas dos planos museológicos, bem como nos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs) de graduação em museologia e de outras áreas.

Onde estão as reflexões sobre deficiência?

Ao falarmos sobre pessoas com deficiência, ressaltamos que estamos nos referindo a um segmento social composto por cerca de 15,75 milhões de pessoas, que correspondem a 8,27% da população brasileira, alvo de políticas públicas, que apresentam deficiência de moderada a grave, de caráter permanente, mesmo fazendo uso de diferentes recursos de facilitação para promoção de interação e autonomia.⁶ Vale destacar que os maiores percentuais da interseccionalidade⁷ da categoria de deficiência estão entre mulheres, nordestinos e pessoas autodeclaradas pretas. O direito à participação, representação e apropriação de qualquer lugar, público ou privado, tem sido uma luta aguerrida das populações com deficiência. G. Piccolo⁸ explica que, a partir da Idade Moderna, por causa do ideal de se buscar os corpos perfeitos, o gosto pelo idêntico e a moral, as pessoas com deficiência foram pouquíssimas vezes aceitas na sociedade e retratadas pelas lentes dos estudos sociais e da política – sendo, assim, instituída sob a socialmente construída perspectiva de grupos minoritários. A medicina, seus avanços, pro-

⁶ DORNELLES, P. S.; CARVALHO, C. R. A. de; SILVA, A. C. C.; MEFANO, V. Do direito cultural das pessoas com deficiência. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. 1, p. 137-154, 2018. DOI 10.18764/2178-2865.v22n1p138-154.

⁷ SANTOS, L. de A. *Refúgio e suas interseccionalidades: os desafios da história única*. 2019. 107 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/15246>. Acesso em: 14 maio 2024.

⁸ PICCOLO, G. M. *O lugar da pessoa com deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária*. Curitiba: Appris, 2022.

tochos, busca por métodos únicos para todos os seres humanos por meio do cientificismo que deu à “ciência” um papel decisório no Estado e em questões sociais, apesar de beneficiar e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, trouxe também um forte marcador de habilidades, incapacidades e doença para a vida das pessoas com deficiência.

A perspectiva médica da deficiência, com reflexos até os dias de hoje, muitas vezes desconsidera a capacidade de agência das pessoas com deficiência, invisibilizando-as, silenciando-as e não as tratando como dignas dos direitos de entender e falar por si próprias. A ausência social das pessoas com deficiência foi, assim, construída pura e exclusivamente pelas lentes da biologia, da medicina e pelo campo da política.⁹ Movimentos sociais que lutam contra seu silenciamento e invisibilização, especialmente sob a perspectiva de direitos, tiveram conquistas ao longo das últimas décadas e defenderam a ocupação de espaços públicos e a representatividade das pessoas com deficiência e suas pautas – tal como a acessibilidade.

No universo da museologia, nas últimas décadas, os públicos com deficiências tornaram-se tema de discussão crescente em publicações, seminários, conferências e manuais,¹⁰ nos permitindo, então, concluir que tais instituições passaram a preocupar-se cada vez mais em incluir.¹¹ Entretanto, profissionais da museologia e pesquisadoras que trabalham nessa área, incluindo as autoras deste artigo, observam uma lacuna significativa em termos de acessibilidade nos museus brasileiros e na formação em museologia, aspecto que será discutido ao longo do texto.

⁹ Norberto Rocha, J. Estudos da deficiência e divulgação científica: onde se encontram? In: MASSARANI, L.; WALTZ, I. (org.). *Divulgação científica e sua interface com o ensino de biociências e saúde*. Curitiba: CRV Editora, 2023. Disponível em: <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/37732-divulgacao-cientifica-e-sua-interface-com-o-ensino-em-biociencias-e-saude>. Acesso em: 14 maio 2024.

¹⁰ WARE, S. M.; ZANKOWICZ, K.; SIMS, S. The Call for Disability Justice in Museum Education: Re-Framing Accessibility as Anti-Ableism. *Journal of Museum Education*, v. 47, n. 2, p. 130-137, 2022. DOI 10.1080/10598650.2022.2077079.

¹¹ SANDELL, R.; DODD, J.; GARLAND-THOMSON, R. *Re-presenting disability: activism and agency in the museum*. New York: Routledge, 2010.

Camila Alves e Márcia Moraes, por exemplo, defendem que os programas de acessibilidade contendam doses equilibradas de informações e experimentações que cuidam da “ativação das sensibilidades impregnadas na pele da vida”.¹² Ao analisar os recursos acessíveis disponíveis nos museus, de forma geral notamos que muitos deles são produzidos a partir de materiais como plástico (resina, poliéster, acrílico), EVA e alumínio, frequentemente fabricados com o uso de impressoras 3D. Contudo, surge uma problemática associada a esses materiais: além de não serem sustentáveis, muitos não proporcionam uma experiência estética significativa e pouco favorecem a experiência sensorial e emocional intencionada pela exposição. Na prática, esses recursos frequentemente se restringem aos contornos das imagens ou obras, limitando-se a transmitir informações básicas e utilizando apenas um material. Essa abordagem resulta em uma experiência sensorial circunscrita no objeto, que não alcança a profundidade, a riqueza sensorial e a conexão objeto museal-visitante desejadas.¹³

Em muitas regiões e espaços museais, a discussão sobre diferentes formas de acessibilidade e inclusão sequer chegou. Em alguns locais, a simples oferta de recursos de acessibilidade ou pequenas alterações arquitetônicas/físicas (como instalação de rampas e elevadores) já são comemoradas como a “resolução” para a inclusão. No entanto, tendo em vista que a acessibilidade é um direito, acreditamos que é possível avançar e se aprofundar nas discussões, práticas e ativismos nos museus,¹⁴ reivindicando melhorias nos recursos ofertados.

Outras lacunas com relação à acessibilidade já são trazidas em pesquisas recentes. Há pelo menos uma centena de museus

¹² ALVES, C. A.; MORAES, M. Entre histórias e mediações: um caminho para acessibilidade estética em espaços culturais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 3, jul./set. 2018, p. 590. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/kySF7BcdkSQ4dMpNV7cw6Hb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 ago. 2024.

¹³ A identificação e proposição de novas possibilidades de acessibilidades é objeto da pesquisa de doutoramento, atualmente em curso, de Carla Grião, que será apresentada para a Universidade Lusófona – Centro Universitário Lisboa.

¹⁴ ROBENALT, E.; FARRELL-BANKS, D.; MARKHAM, K.. Activist Pedagogies in Museum Studies and Practice: A Critical Reflection. *Journal of Museum Education*, v. 47, n. 4, p. 401-413, 2022. DOI 10.1080/10598650.2022.2147359.

de ciências na América Latina e Caribe preocupados com ações de acessibilidade para públicos com diversos tipos de deficiência.¹⁵ Contudo, a maioria desses museus ainda estão mais focados na promoção da acessibilidade física, na qual se concentram a maioria das suas ações e estratégias, e menos nas acessibilidades atitudinais e comunicacionais.¹⁶

A formação de recursos humanos para atuar em prol da diversidade e inclusão é chave para romper barreiras e estender-se para atitudes e ações que criem aptidão, empatia, pertencimento e o desejo de participar, envolver-se e retornar ao museu. Apesar dessa relevância, muitos profissionais, como mediadores, educadores e gestores de museus, ainda sabem pouco sobre as leis e o direito da pessoa com deficiência de fruir as artes e a ciência. Jessica Norberto Rocha e parcerias¹⁷ identificaram, em estudo realizado com 298 mediadoras de museus de ciências brasileiros, que a maioria declara já ter tido alguma formação na área de acessibilidade e inclusão, mas que muitos ainda se sentem inseguras quando recebem os públicos com deficiência. Os dados dessas duas pesquisas refletem que ainda existe uma forte demanda de formação de recursos humanos, seja para realizar o atendimento das pessoas com deficiência, por exemplo, de mediadores/as, educadores/as e divulgadores/as de ciências, seja para propor as ações pensadas para as pessoas com deficiências por gestores/as, diretores/as, curadores/as e/ou cientistas.

Refletindo sobre os eventos, em 2022, o 5º Seminário Brasileiro de Museologia (Sebramus),¹⁸ realizado em Porto Alegre (RS), teve uma

¹⁵ NORBERTO ROCHA, J.; MASSARANI, L.; GONÇALVES, J.; ABREU, W.; FERREIRA, F. B.; MOLENZANI, A. (org.). *Guia de museus e centros de ciências acessíveis da América Latina e Caribe*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2017. v. 1. 153 p. Disponível em: <https://grupomccac.org/guia/>. Acesso em: 14 maio 2024.

¹⁶ NORBERTO ROCHA, J.; MASSARANI, L.; ABREU, W. V de; INACIO, L. G. B.; MOLENZANI, A. O. Investigating accessibility in Latin American science museums and centers. *Academia Brasileira de Ciências*, v. 92, n. 1, 2020. DOI 10.1590/0001-3765202020191156.

¹⁷ NORBERTO ROCHA, J.; ALVARO, M.; MASSARANI, L.; ABREU, W. Acessibilidade em museus de ciência: a perspectiva de mediadores brasileiros. *Interfaces Científicas – Humanas e Sociais*, v. 9, n. 1, p.103-120, 2021. DOI 10.17564/2316-3801.2021v9n1p103-120.

¹⁸ A programação e as publicações do seminário estão disponíveis em: <https://www.ufrgs.br/5sebramus/>. Acesso em 15 maio 2024.

grande presença da museologia social na programação. No entanto, foi possível perceber uma ausência em relação aos debates de acessibilidade nas mesas, bem como nos grupos de trabalho.

No escopo internacional, também vemos que o movimento existe, mas ainda é lento. A definição de museu¹⁹ aprovada na 26^a Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (Icom),²⁰ em Praga (República Checa), no ano de 2022, traz os qualificadores “acessível” e “inclusivo” para a pauta e as missões dessas instituições. Ao ser aprovada, a nova definição apresenta não somente o que um museu é, mas também o que se idealiza que ele seja – um objetivo ainda desafiador em diferentes esferas, como a própria conferência evidenciou – tanto na sua organização quanto na representatividade da pauta e dos participantes do evento. Observamos, presencialmente, que a conferência que versou sobre “o poder dos museus” foi marcada pela falta de representatividade de pessoas com deficiência – elemento fundamental para esse grupo. Dentre os palestrantes principais não havia nenhuma pessoa com deficiência ou que tenha abordado a pauta claramente. As mesas-redondas, com grande potencial para trazer discussões e espaço para a representatividade, também foram insuficientes. Em nenhuma das quatro mesas a acessibilidade para pessoas com deficiência foi discutida. Na quarta mesa, que tratava de museus e novas tecnologias, havia espaço, uma vez que as tecnologias assistivas dependem e estão diretamente relacionadas às novas tecnologias; porém, a discussão não avançou além do que já estava descrito no programa: a acessibilidade digital para expandir a capacidade de alcance geográfico das instituições culturais no mundo virtual. As ausências identificadas na conferência revelam o quão ainda há que se trabalhar para tornar reais e palpáveis os novos adjetivos incorporados.

¹⁹ Disponível em: <https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/>. Acesso em: 15 maio 2024.

²⁰ Todo o material oficial da conferência encontra-se disponível em: <https://prague2022.icom.museum/>. Acesso em: 15 maio 2024.

No ano seguinte, em 2023, em Seul (Coreia do Sul), a 50ª conferência realizada pelo Cimuset-Icom²¹ (Comitê Internacional de Museus e Coleções de Ciência e Tecnologia) teve como tema principal “Aprimorando a acessibilidade dos museus”. Na conferência, foram abordadas a acessibilidade física, atitudinal, comunicacional, geográfica, além de outras peças fundamentais para a discussão, como representatividade, interseccionalidade, decolonialidade, acessibilidade em museus e exposições *on-line*, interpretação, audiodescrição, empregabilidade de pessoas com deficiência etc. Dentre cem participantes de todos os continentes do globo, tivemos pessoas com deficiência entre os/as palestrantes principais: a inglesa Hannah Thompson (pessoa com baixa visão), professora da Universidade de Royal Holloway; a canadense Camille Bérubé (pessoa em cadeira de rodas), consultora em Equidade, Diversidade, Inclusão e Acessibilidade do Ingenium – Museu Canadense de Ciência e Inovação; e a irlandesa Sinéad Burke (pessoa com nanismo), fundadora da Agência de Acessibilidade e Inclusão Tilting the Lens. Porém, numericamente, ainda eram minoria e todas oriundas de países ricos do Norte global. Como palestrantes do Sul global, mas pessoas sem deficiência, tivemos a sul-africana Elizabeth Rasekoala, presidente do African Gong (Rede Pan-Africana para a Popularização da Ciência e Tecnologia e Comunicação Científica); a brasileira Jessica Norberto Rocha, pesquisadora da Fundação Cecierj e coordenadora do grupo de pesquisa Museus e Centros de Ciências Acessíveis (MCCAC); e a mexicana Amparo Leyman Pino, fundadora da empresa de consultoria Yellow Cow. Curadores de museus de países ricos também tiveram falas relevantes, como o australiano Craig Middleton, do Museu Nacional da Austrália, abordando sua prática “Curadoria queer: desorientando o museu”; e o holandês R. Charl Landvreugd, diretor de Pesquisa e Prática Curatorial do Stedelijk Museum, em Amsterdã, trazendo para a pauta o tema “Reconhecimento de comunidades por meio de práticas curatoriais”. O prêmio Cimuset Award 2023, que reconhece o mérito de práticas inovadoras e híbridas que podem melhorar a atuação dos

²¹ O portal da conferência, com toda a programação do evento, está disponível em: <https://cimusetseoul2023.com/>. Acesso em: 10 maio 2024.

museus na sociedade, foi concedido ao grupo MCCAC,²² com destacada importância na atuação de formação de recursos humanos, pesquisa e redes para a promoção da acessibilidade nos museus.

Diante desses eventos, entendemos que há um movimento no escopo nacional e internacional de museus, ainda que não tão acelerado como a urgência do tema exige. É extremamente relevante não deixar a discussão ser abafada, e concordamos com J. Kim²³ que é necessária uma cooperação internacional para isso. O autor destaca que, na história do Icom, alguns documentos já foram produzidos visando discutir a acessibilidade, contudo ainda é uma questão não concretizada dentro do conselho. Como exemplo, o primeiro documento que ele encontrou em suas buscas foi de 1959, a Moção 37 da 6ª Assembleia Geral em Estocolmo (Suécia), que endossa o papel social dos museus de buscar meios mais eficazes de torná-los acessíveis a todos. Em 1980, a questão foi retomada na 13ª Assembleia Geral na Cidade do México, na resolução número 2, que versava sobre as responsabilidades dos museus para com as pessoas com deficiência e maior dedicação do Icom em relação à acessibilidade. Ficam nítidas as poucas ações e políticas desse conselho internacional perante a causa e como as iniciativas estão espalhadas no tempo com muitos anos de distância entre elas. Essas ausências, portanto, podem ser consideradas espelho, causa e consequência do que acontece nos ambientes internos dos museus e na formação de profissionais de museologia.

No prefácio escrito por Grada Kilomba para a edição brasileira de *Pele negra, máscaras brancas*, de Frantz Fanon, é introduzido o conceito de “princípio da ausência”. Nele, Kilomba relata que, ao longo de sua formação em psicanálise, percebeu a notável ausência de obras escritas por autores negros. Essa lacuna implicava um desafio significativo, já que a falta de representatividade dificultava a incorporação de perspectivas negras em seus estudos sobre a negritude. Em suas palavras,

²² Mais informações sobre o grupo de estudos e pesquisas MCCAC podem ser encontradas em seu portal, disponível em: <https://grupomccac.org>. Acesso em: 14 maio 2024.

²³ KIM, J. (2023). Enhancing the accessibility to museums: future science and technology, and international cooperation. In: CONFERENCE OF CIMUSET, 50., Seul, 2023. *Anais...* Seoul: National Aviation Museum of Korea, 2023. Session 1, p. 70-74 Disponível em: <https://cimuset-seoul2023.com/index.php?GP=conf/conf02#/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

[...] o princípio da ausência, no qual algo que existe é tornado ausente, é uma das bases fundamentais do racismo. As obras de Frantz Fanon existem, mas são ausentes, e por isso deixam de ter existência real. O existente passa a ausente e deixa assim de existir. Afinal, eu era a única estudante negra em todo o instituto de psicologia clínica e psicanálise, numa cidade recheada de várias gerações afrodescendentes... O princípio no qual quem existe deixa de existir. E é com este princípio da ausência que espaços brancos são mantidos brancos, que por sua vez tornam a branquitude a norma nacional. A norma e a normalidade, que perigosamente indicam quem pode representar a verdadeira existência humana.²⁴

Fazendo um paralelo com os escritos de Grada Kilomba, nos preocupa, portanto, como são fortes, explícitas e marcantes as ausências da “acessibilidade” nos museus e no âmbito cultural de forma geral, em suas diversas esferas. Como nos espaços arquitetônicos, exposições, comunicação, acervos, políticas institucionais, planos museais, orçamentos, formações profissionais, representatividade das pessoas com deficiência nas equipes e conteúdos expográficos dos museus, além dos recursos oferecidos para elementos ligados à acessibilidade.

É inegável a presença da deficiência como parte da sociedade; porém ainda percebemos a pouca representatividade na composição estudantil, do corpo docente e de pesquisadores e pesquisadoras que trabalham com museologia no Brasil. Há que se lembrar que os cursos de graduação em museologia vão além das universidades – nos cursos de graduação, pós-graduação e pesquisas –, se estendendo a projetos de extensão, formação continuada, debate constante em eventos organizados pelos comitês nacionais e internacionais e publicações.

Diante desse contexto, neste artigo fizemos um recorte das primeiras formações dos profissionais que atuam em museus e patrimônios em geral – os cursos de graduação e pós-graduação em museologia brasileiros. Nossa hipótese é que as ausências acima relatadas também acontecem na formação universitária; isto é, a

²⁴ KILOMBA, G. Prefácio: Frantz, existência, ausência. In: FANON, F. (1952). *Pele negra, máscaras brancas*. [S.l.]: Lêlivros, 2020, p. 5. Edição digital.

temática da acessibilidade está pouco presente nos cursos universitários em museologia no Brasil.

Procedimentos metodológicos

Nossa análise inicia-se a partir da presença de disciplinas e referências de acessibilidade e temas afins nas quatorze graduações em museologia em universidades públicas pelo país: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Estadual do Paraná (Unespar).

A metodologia utilizada para essa produção foi a análise dos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs) a partir da bibliometria – que se configura a partir de estudos que procuram “quantificar os produtos da atividade científica (livros, artigos e revistas)”²⁵ –, a partir de um levantamento dos projetos pedagógicos dos cursos. O levantamento aprofundado e detalhado dos documentos foi realizado para uma tese de 2023²⁶ que usou a mesma metodologia para a construção do primeiro capítulo. A partir desses dados foi feito o recorte para o presente artigo. Os PPCs são, muitas vezes, o ponto de partida da construção das disciplinas por docentes das universidades. A partir dos dados que serão explorados, acreditamos ser possível sua utilização como instrumento propositivo do qual as

²⁵ SANTOS, R. N. M. dos; KOBASHI, N. Y. Bibliometria, ciencimétria, infometria: conceitos e aplicações. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 155-171, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10089>. Acesso em: 10 maio 2024.

²⁶ PASSOS DOS SANTOS, K. K. *Educação museal e feminismo no Brasil: silenciamentos, estranhamentos e diálogos a partir de um olhar interseccional e decolonial*. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona, Lisboa, 2023.

graduações em museologia conseguem extrair informações que contribuem para a construção de referências que trabalhem mais acessibilidade.

Acessamos os PPCs de todas as graduações a partir de pesquisa na internet, a grande maioria está disponível para *download*. Em poucos casos, como da UFPE e da UFS, por exemplo, tivemos que entrar em contato com a coordenação do curso para termos acesso às referências indicadas, pois o documento disponível não tinha essa parte. Em uma planilha de Excel, listamos todas as disciplinas obrigatórias e publicações básicas/obrigatórias referenciadas das graduações em museologia no país a partir dos PPCs, incluindo: universidade; disciplina; autor/a referenciada/o; detalhamento se é autoria única, primeiro/a autor/a e coautoria; título da publicação; e ano. Com esse material, pesquisamos, entre disciplinas e títulos das publicações, as seguintes palavras-chave: acessibilidade; inclusiva; inclusão; especial; acessível; adaptada; adaptação. A lista de palavras foi estabelecida pelas autoras.

As mesmas palavras foram utilizadas para análise quantitativa nos bancos de teses e dissertações de todas as universidades brasileiras que possuem programas de pós-graduação em museologia. Esses dados foram coletados por meio de pesquisas nos repositórios de dissertações e teses das cinco instituições brasileiras que oferecem programas de pós-graduação em museologia, além do banco de teses da Universidade Lusófona. Utilizamos palavras-chave pertinentes à acessibilidade e à inclusão, como “acessibilidade”, “inclusão”, “deficiência” e “deficiente”, durante as buscas. Todos os trabalhos resultantes foram cuidadosamente examinados, os resumos foram lidos para nos assegurar que abordavam efetivamente questões relacionadas às pessoas com deficiência. É importante notar que o sistema de busca de dissertações e teses analisa apenas os títulos dos trabalhos, o que pode ter levado à exclusão de algumas obras que não apresentavam conexão direta com o tema.

Realizamos, assim, um estudo, que será apresentado adiante, sobre a relação das dissertações e teses produzidas nas pós-graduações em museologia no Brasil com a acessibilidade e temáticas afins. Organizamos os dados obtidos em tabelas que, posteriormente, alimentaram a análise quantitativa que aqui apresentamos. Seguimos, com os resultados e reflexões sobre o assunto.

As graduações em museologia e a relação com a acessibilidade

O primeiro apontamento importante que podemos fazer é que a formação em museologia na graduação não tem disciplinas obrigatórias dedicadas à acessibilidade. A única exceção é o curso da UFS, que conta com a disciplina “Educação e acessibilidade nos museus”, ministrada pela professora Cristina Barroso, graduada em história e pedagogia. Ela é ofertada no sexto período da graduação, que tem oito períodos previstos, e tem como pré-requisito a disciplina “Ações culturais e educativas em museus”.

Evidentemente, essa ausência impacta diretamente a formação profissional de quem atuará em museus e espaços afins, além de atividades relacionadas à memória de maneira geral. Nesse sentido, cabe questionarmos como tais profissionais proporcionarão a inclusão de pessoas com deficiência e demais pessoas que precisam de maior equidade no acesso e permanência nos museus e patrimônio em geral, como crianças, idosos, entre outros grupos. Além da ausência de disciplinas específicas para a acessibilidade, notamos a quase inexistência de referências relacionadas ao tema em todas as disciplinas obrigatórias, como podemos ver no quadro a seguir.

Universidade	Disciplina	Período	Título	Autor/a	Ano
UFG	Comunicação patrimonial IV – projeto e montagem de exposição	5°	<i>Museologia – roteiros práticos</i> . Volume 8: Acessibilidade.	Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries	2005
UFMG	Exposição museológica I	-			
UFRGS	Seminário em museus I	4°			
UFSC	Prática de exposição	7°			
UFRGS	Arquitetura e espaços em museus	7°	<i>Acessibilidade em ambientes culturais</i>	Eduardo Cardoso e Jeniffer Cuty (org.)	2012
UFSC	Prática de exposição	7°			
UFPEl	Introdução à museologia	1°	<i>Cadernos Museológicos</i> . Volume 2: Acessibilidade a museus	Regina Cohen, Cristiane Duarte e Alice Brasileiro	2013
UFOP	Arquitetura em museus	4°			

Quadro 1. Referências com temáticas de acessibilidade e afins.

Fonte: PPCs das graduações em museologia. Elaboração de Karlla Kamylla Passos.

A primeira coluna apresenta as universidades que oferecem disciplinas obrigatórias com referências básicas com o tema da acessibilidade. A segunda coluna contém os títulos das disciplinas, seguido do período em que são ofertadas na graduação, título da publicação referenciada, autoria e ano de publicação.

Conforme podemos ver no quadro 1, só encontramos oito disciplinas com referências nessa temática. Cabe refletirmos sobre as características das referências. As três são dos anos 2000, especificamente 2005, 2012 e 2013. A criação de todos os cursos do quadro foi entre 2006, 2008 e 2010, sendo um marco temporal bem forte, próximo ao período de criação da maioria dos cursos. A maioria das publicações fazem parte de séries que são espécies de orientações. *Museologia - roteiros práticos* tem base internacional com tradução pela Universidade de São Paulo. *Acessibilidade em ambientes culturais* é uma publicação feita em Porto Alegre (RS). Eduardo Cardoso, um dos organizadores da publicação e autor de dois textos, e Jeniffer Cuty, outra organizadora, têm formação em arquitetura e urbanismo no Rio Grande do Sul e atuação como professores universitários no mesmo estado. *Acessibilidade a museus* é uma publicação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e conta com autoras que também possuem formação em arquitetura e urbanismo, mas no Rio de Janeiro, e duas delas atuam como professoras universitárias.

A partir dessas informações, é importante chamarmos atenção para alguns pontos, por exemplo, o fato de a maioria das autoras ser mulher (há apenas um homem entre as cinco). Também existe um marcador de regionalidade evidente nas publicações: há uma influência internacional e de São Paulo, outra do Rio Grande do Sul e a última, publicada pelo Ibram, com autoras do Rio de Janeiro. É importante ressaltar que esses três estados brasileiros apresentados são potências econômicas e culturais.²⁷ A ausência de publicações de outras regiões do Brasil, para além das regiões Sudeste e Sul, implica uma visão limitada do debate sobre acessibilidade.²⁸ Cabe destacar que, entre as graduações que têm referências sobre acessibilidade, apenas uma se localiza na região Centro-Oeste, enquanto todas as outras estão no eixo Sul-Sudeste. As pessoas nas demais regiões não possuem deficiência? Não têm direito a acessar esses debates? Não têm direito à equidade de acesso e permanência nos espaços museológicos? São vários os questionamentos.

Outro ponto importante é a atuação profissional das autoras, a maioria de professoras universitárias, e, portanto, distantes das práticas com acessibilidade nos museus e instituições afins. Embora possam ter projetos em museus e espaços afins, não é a mesma relação que as/os profissionais atuantes diariamente nessas instituições possuem. Caso fosse utilizada uma bibliografia produzida por profissionais que atuam nesses espaços, a profundidade dos debates provavelmente seria maior, interseccionada com a prática cotidiana com diversos públicos. A partir do levantamento da experiência profissional das autoras e do autor presentes na referida bibliografia, presumimos sua pouca experiência prática

²⁷ PASSOS DOS SANTOS, K. K. *Educação museal e feminismos no Brasil: silenciamentos, estranhamentos e diálogos a partir de um olhar interseccional e decolonial*. Tese (doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona, Lisboa, 2023.

²⁸ Chimamanda Ngozi Adichie faz uma observação perspicaz ao afirmar que é “impossível abordar a narrativa única sem discutir o poder”. Essa asserção se fundamenta na constatação de que as histórias únicas frequentemente se originam como narrativas moldadas por aqueles que ocuparam uma posição de ‘superioridade’ em relação aos outros. Nesse contexto, tão importante quanto ampliar nossas referências bibliográficas sobre acessibilidade é também incluir autores de diferentes regiões do Brasil, indo além do cenário tradicionalmente destacado no Sudeste. CHIMAMANDA Adichie: O perigo de uma única história. Palestra proferida em Conferência TED, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs24Izeg>. Acesso em: 2 ago. 2024.

e atualizada com as orientações presentes nas próprias publicações. Notamos, ainda, que a formação de todas as autoras é na área de arquitetura e urbanismo, o que traz uma percepção muito vinculada ao aspecto da acessibilidade física. Com isso, temos uma lacuna ainda maior quando pensamos na acessibilidade atitudinal e comunicacional, por exemplo.

Não há, portanto, uma percepção de acessibilidade específica por parte de profissionais formadas em museologia, seja de graduação ou pós-graduação, nem mesmo especialização. Hoje, temos algumas profissionais museólogas que trabalham com a temática, e não existe nenhuma justificativa teórica ou metodológica para a não utilização dessas referências mais atualizadas. Voltaremos a esse ponto adiante.

É importante destacar que, em 18 de dezembro de 2024, celebraremos os quarenta anos da promulgação da lei nº 7.287/1984, que oficialmente instituiu a profissão de museólogo e estabeleceu os conselhos federal e regionais de museologia. Esse marco histórico reforça a consolidação e reconhecimento da profissão, destacando a relevância do papel da/o/e museóloga/o/ue, bem como a importância dos órgãos regulamentadores na promoção e preservação do patrimônio cultural.

Ressaltamos também que, dentre as disciplinas nas quais as referências do quadro 1 estão inseridas, quatro estão relacionadas à exposição, duas à arquitetura, uma à introdução à museologia e outra a seminários. Esse elemento revela o direcionamento dessas referências, muito atrelado às exposições e à arquitetura. Estaria a acessibilidade e temáticas afins somente relacionadas a esses pontos? Acreditamos que a acessibilidade tem total relação com a educação, com a documentação e principalmente com a gestão dos museus e espaços afins, e desenvolver essa vinculação na prática é essencial para que a acessibilidade seja política institucional, prevista em planos museológicos e outros documentos. Ou seja, que a acessibilidade e inclusão possam permear toda a instituição, em seus diversos setores, e não sejam temas específicos de alguma área, geralmente da educação.

A acessibilidade nas reflexões de professores/as das graduações em museologia no Brasil

Em 2022, foi lançado o dossiê temático “90 anos da formação em museologia no Brasil”²⁹ com textos produzidos por docentes de todos os cursos do país que abordam experiências e tendências da formação profissional em museologia e da influência relacionada aos aspectos culturais e acadêmicos dos estados em que os cursos estão localizados. Com base nesse material, fizemos uma pesquisa sobre a presença da acessibilidade e temas correlatos a partir das palavras descritas na metodologia. O texto da UnB³⁰ para o dossiê em questão aborda a ausência de trabalhos de conclusão de curso sobre acessibilidade. O que se relaciona com os dados trazidos anteriormente, uma vez que a UnB não possui disciplina, nem ao menos referência sobre acessibilidade e temáticas afins. Assim, o tema fica ainda mais distante para o corpo discente.

No texto da UFBA³¹ é mencionado que a acessibilidade é contemplada na disciplina de Educação, mas não tem referência sobre o assunto. E mostra como muitas vezes a temática da acessibilidade é atribuída à educação, quando deve ser algo transversal nos museus e com o patrimônio, direito de todas as pessoas. O texto da Unespar³² entende a acessibilidade em uma das quatro linhas de pesquisa do curso, Museologia e Comunicação. No entanto, a única graduação em museologia presente em universidade estadual também não possui disciplina e/ou referência sobre o assunto. O texto da UFPel³³ menciona acessibilidade apenas no escopo das exigên-

²⁹ GRANATO, M.; LIMA, D. F. C. Apresentação. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2022.

³⁰ GOMES, A. L.; BRITTO, C.; SANTOS, D.; QUEIROZ, M. Reflexões sobre a concretização da utopia: percursos e desafios da formação em Museologia na Universidade de Brasília. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2022.

³¹ TEIXEIRA, S. O curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia: história, características, desafios e tendências contemporâneas. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2022.

³² PERIGO, K. O museu e a Arte: primeiros passos do Curso de Museologia da Unespar. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2022.

³³ SOUZA, D. Curso de Museologia da UFPel: uma memória em trajeto persistente. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2022.

cias legais. A graduação em Pelotas tem uma referência de acessibilidade na disciplina “Introdução à museologia” com o texto *Acessibilidade a museus*.

Os textos da UFRB³⁴ e da UFPA³⁵ não trabalham acessibilidade e outros temas correlatos, assim como outras universidades que têm referências sobre o tema, de acordo com o quadro 1: UFOP,³⁶ UFSC,³⁷ UFRGS,³⁸ UFMG.³⁹ O texto da UFS⁴⁰ também não aborda a acessibilidade, embora ofereça uma disciplina obrigatória sobre o tema – o que, acreditamos, deve ser referência para as demais graduações.

Quanto à Museologia da UFG,⁴¹ foi promovido um evento com a temática de acessibilidade em 2016, inserido em um projeto de extensão da graduação com a Rede de Pessoas Educadoras em Museus⁴² (REM-Goiás), sobre o qual falaremos mais a seguir. No curso também foram defendidas cerca de cinco monografias⁴³ com

³⁴ COSTA, C.; FERNANDES, H. Antecedentes da criação e identidade do Bacharelado em Museologia da UFRB: do protagonismo local às contribuições da UFBA e da UNIRIO. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2022.

³⁵ SILVA, C. Percursos formativos da Museologia na Amazônia paraense. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2022.

³⁶ SUÑER, M. Por uma Museologia reflexiva aplicada à gestão de acervos arqueológicos: diretrizes do Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2022.

³⁷ LOPES, T.; PADILHA, R. A trajetória político-pedagógica na primeira década do curso de Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina: reflexões e perspectivas. i, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2022.

³⁸ FARIA, A. C.; BERTOTTO, M.; GIOVANAZ, M.; AQUINO, V. Garimpendo memórias do Curso de Museologia da UFRGS: reminiscências de uma formação universitária. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2022.

³⁹ JULIÃO, L.; PACHECO, A. P.; BRAGA, J.; GARCIA, L. H. Museologia na UFMG: 10 anos da Graduação. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2022.

⁴⁰ ROCHA, A. K. O Curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe/UFS em Laranjeiras: trajetórias, especificidades e desafios. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2022.

⁴¹ Moraes-Wichers, C. A. A formação em Museologia na Universidade Federal de Goiás: trajetória, desafios e devires. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2022.

⁴² Antes a Rede tinha como nome Rede de Educadores em Museus de Goiás. SANTOS, G. et al. Inclusão, representação e pluralidade: uma proposta da Rede de Pessoas Educadoras em Museus de Goiás (REM-Goiás). *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 57, p. 1-18, 2023).

⁴³ Os TCCs podem ser encontrados em: <https://fcs.ufg.br/p/14976-tcc-museologia>. Acesso em: 12 maio 2024.

a temática de acessibilidade, de acordo com Moraes Wichers. Entre elas, o trabalho de Rosineide Moreira, de 2016, *Acessibilidade nos museus de Goiânia: investigação e reflexões da realidade sobre o processo inclusivo de pessoas com deficiência visual*. Também houve a defesa da monografia de Donaldo da Silva, de 2017, *Para além da visão, paradigmas possíveis: reflexões sobre a experiência sensorial em museus e instituições culturais*. Nesse trabalho, chama atenção o interesse mais específico em relação à deficiência visual. Em 2016, Karlla Kamylla Passos defendeu seu trabalho mais voltado à educação e aos públicos, no entanto, a pesquisa não ignorou a necessidade de uma atenção às questões de acessibilidade e inclusão - *Ações educativas e seus públicos: Museu de Arte Contemporânea, Museu Antropológico e Museu de Morfologia*. Depois, em 2021, Denise Nascimento defendeu a monografia *Acessibilidade do visitante com deficiência sensorial em museus: estratégias museológicas para a superação da exclusão de pessoas com anacusia unilateral*.

O caso da Unirio é específico por ter tido a presença da docente Liana Ocampo. Egressa do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, a profissional lecionou nesse curso, na Museologia da Unirio e em outras graduações e pós-graduações dessa universidade. De acordo com o texto de Ivan de Sá,⁴⁴ a acessibilidade nos museus emerge entre os anos 1970 e 1980, tendo como principal porta-voz Liana Ocampo, que assumiu a docência em 1977. De acordo com o autor do referido artigo, Ocampo investiu na acessibilidade e inclusão durante sua carreira como museóloga e professora de “Educação em museus”, que eram as disciplinas Museologia II e Museologia VI da matriz curricular de 1978.⁴⁵ Dessa informação temos dois detalhes a serem ressaltados: a relação integrada entre educação e acessibilidade; e o fato de as disciplinas não terem nomes relacionados à educação, tampouco à acessibilidade, o que se mantém na

⁴⁴ SÁ, I. de. Curso de Museologia-UNIRIO: 90 anos de avanços e desafios. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v.15, n. 2, 2022.

⁴⁵ Em artigo de Brulon e Mendonça também podemos ver a trajetória da presença da educação e ausência da acessibilidade nos currículos do curso de Museologia da Unirio e como a educação foi deixando de aparecer ao longo das reformulações curriculares. BRULON, B.; MENDONÇA, E. Fundamentos de um campo disciplinar: perspectivas sobre o desenvolvimento da Teoria da Museologia no âmbito dos cursos de graduação da UNIRIO. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 4, n. 7, p. 268-284, 2015. DOI 10.26512/museologia.v4i7.16785.

grade curricular atual da graduação da Unirio. Ivan de Sá apresenta, ao longo do texto, várias mudanças curriculares, tanto no Curso de Museus, ofertado pelo Museu Histórico Nacional, quanto na graduação em museologia na Unirio, que atualmente não oferece disciplina obrigatória de Educação,⁴⁶ assim como não tem nenhuma matéria ou referência dedicada à acessibilidade. O autor traz como exemplo da atuação de Liana as exposições curriculares “Cultura popular brasileira” (1980-1981), específica para pessoas com deficiência visual, com catálogos em Braille, montada no Instituto Benjamin Constant; e “O caminho da participação... mesmo sem uma pétala continuo sendo uma flor” (1981-1982), inaugurada na Caixa Econômica Federal. De acordo com Ivan de Sá, as exposições denunciavam e conscientizavam sobre a importância da inclusão das pessoas com deficiência.

Em outra publicação, as autoras Patricia Barbosa e Ana Carolina de Faria⁴⁷ trazem uma abordagem dedicada a tirar as iniciativas de Liana Ocampo da invisibilidade. Destacam, entre outras iniciativas,

[...] o Curso de Especialização em Ação Educativa e Cultural nos Museus. O público-alvo da formação eram os próprios graduados em Museologia, admitindo profissionais oriundos de outras áreas, desde que comprovassem experiência com ações educativas em museus ou instituições congêneres.⁴⁸

Ainda de acordo com as autoras, Liana Ocampo ministrava duas disciplinas no Curso de Especialização em Ação Educativa e Cultural nos Museus (Módulo V – Projetos Educativos e Culturais em Museus), “que consistia em métodos e técnicas operacionais de educação em museus, com aplicação de um projeto experimental em instituições museais do Rio de Janeiro”.⁴⁹

⁴⁶ PASSOS DOS SANTOS, K. K. *Educação museal e feminismos no Brasil: silenciamentos, estranhamentos e diálogos a partir de um olhar interseccional e decolonial*. Tese (doutorado em Museologia). Universidade Lusófona, Lisboa, 2023.

⁴⁷ BARBOSA, P.; FARIA, A. C. G. de. Por uma história da educação em museus inclusiva: conhecendo, entre pistas e sinais, Liana Rubi Teresa De Ocampo. *Sillogés*, v. 6., n. 1., jan./jun. 2023. DOI 10.5281/zenodo.8311738.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 208.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 209.

É muito relevante esse resgate das iniciativas de Liana Ocampo porque chama atenção para a relação intensa da museóloga e professora de museologia com a educação e com a acessibilidade já naquela época, como Patricia Barbosa, Ana Carolina de Faria e Ivan de Sá reforçaram. Ocampo dedicou sua pesquisa de mestrado à relação das pessoas com deficiência visual e os museus, por exemplo. O que vemos empiricamente no campo, especialmente em uma experiência de moradia e de relações com a museologia e a educação museal no Rio é, atualmente, de distanciamento entre essas áreas, como se esse tema fosse mais assunto de profissionais licenciadas. Entretanto, Liana Ocampo já trabalhava com a temática na museologia desde os anos 1970, como outras autoras da época, a exemplo de Waldisa Rússio, que também incluiu a acessibilidade em suas reflexões, em São Paulo, e Maria Célia Santos, baiana, que defende uma prática profissional na museologia permeada pela educação.

Barbosa e Faria acreditam que a museologia contemporânea hoje “considera inegável o exercício de uma educação em museus inclusiva. Visibilizar Liana Ocampo é creditá-la como merece, uma das profissionais pioneiras no meio museal brasileiro, ligada a questões de acessibilidade e inclusão cultural”.⁵⁰ No entanto, à medida que nos aprofundamos nos currículos das graduações em museologia, especialmente da Unirio, percebemos a profunda ausência desse debate. O que evidencia uma descontinuidade do trabalho feito pela docente, ainda que seja reconhecido pelo curso.

As autoras ainda afirmam que “Liana Ocampo foi uma das profissionais responsáveis pela gradual ruptura que coube aos museus a responsabilidade de não só preservar objetos, mas também de pesquisar e promover o patrimônio na condição de fonte de informação de livre acesso”.⁵¹ No entanto, as graduações em museologia ainda estão imersas em uma dedicação muito voltada aos objetos, em sua documentação e conservação.

Os dados trazidos mostram as escolhas e prioridades da museologia brasileira, esta que é, por vezes, muito mais atrelada

⁵⁰ *Ibidem*, p. 212.

⁵¹ *Ibidem*, p. 212.

aos patrimônios e menos às pessoas. Tal processo afasta a museologia da sociedade e, dessa forma, traz poucas contribuições. Até em cursos com um equilíbrio baseado na cadeia operatória museológica, como a graduação em museologia da UFG,⁵² docentes defendem a inclusão de mais disciplinas de documentação e ainda criticam o perfil social do curso,⁵³ mesmo depois das discussões que eclodiram nos anos 1972 com a Mesa de Santiago do Chile e outros eventos. É interessante estudar de maneira tão intensa a documentação,⁵⁴ a partir de tantas disciplinas. No entanto, de que adianta se as perspectivas de educação e acessibilidade, que são essenciais para promover o livre acesso, não estão devidamente presentes?

É relevante destacar que o Curso de Museus, que influenciou diretamente a graduação em museologia da Unirio e outras pelo Brasil, chegando a formar profissionais de outros estados por meio de bolsas, tinha uma disciplina que era voltada para a teoria e prática da educação, entre outras interfaces da área:

“Técnica de Museus”, implantada por Gustavo Barroso a partir de 1933 [...] consistia numa síntese de conhecimentos teóricos e aplicações práticas das funções básicas dos museus, ou seja, gestão de coleções, documentação, conservação, exposição e educação, conforme o espectro de ação destas funções e o entendimento, nos anos 1930, do alcance do ‘fenômeno’ do museu.⁵⁵

Por mais que a educação siga presente nas disciplinas da Unirio e de outras graduações, seja em disciplinas obrigatórias e/ou optativas, a museologia brasileira tem escolhido priorizar outras áreas, como a documentação, que já comentamos acima. Embora a acessibilidade deva estar permeada em todas as áreas, a educação acaba

⁵² MORAES-WICHERS, C. A. A formação em Museologia na Universidade Federal de Goiás: trajetória, desafios e devires. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2022.

⁵³ ESTEVAM DE OLIVEIRA, V. D. O ensino da Documentação no Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Goiás. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 11, n. Especial, p. 99-111, 2022. DOI 10.26512/museologia.v11iEspecial.

⁵⁴ Rocha, A. K. Documentação Museográfica, Documentação Museológica e Documentação em Museus: uma reflexão para discutirmos o uso de termos a partir de conceitos. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 11, n. Especial, p. 201-219, 2022. DOI 10.26512/museologia.v11iEspecial.

⁵⁵ SÁ, I. de. Curso de Museologia-UNIRIO: 90 anos de avanços e desafios. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 22, 2022, grifo nosso.

muitas vezes sendo o caminho que esse tema pode chegar, ainda que pouco, nas formações, nas práticas em museus e espaços afins.

As produções sobre acessibilidade nas pós-graduações em museologia

A respeito do curso de pós-graduação em Museologia na Unirio, único com doutorado, Ivan de Sá menciona o alargamento das temáticas sociais em trabalhos desenvolvidos por alunos/as a partir dos anos 2000:

A partir dos anos 2000 nota-se uma crescente preocupação em trabalhar as questões do campo, tendência que acentua-se nos anos 2010, sobretudo quando se estabelece um diálogo da graduação com a pós-graduação. Com a criação do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio-PPG-PMUS (2006), vários projetos de TCC acabaram se transformando em projetos de Mestrado, alguns dos quais aprofundados no doutorado. Os temas passam a problematizar e a questionar o papel da Museologia e a função social dos museus em relação às questões contemporâneas, como diversidade, inclusão e decolonialidade.⁵⁶

A primeira tese do PPG-PMUS da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) é sobre acessibilidade e é intitulada *O processo de institucionalização do Museu do Instituto Benjamin Constant: presenças e ausências*, de Débora Rodrigues (2015). No entanto, a partir de dados levantados por meio de um estudo bibliométrico a respeito de teses e dissertações relacionadas à acessibilidade e à inclusão na pós-graduação em Museologia em novembro de 2023, por ocasião da pesquisa de doutorado (ainda em curso) de Carla Grião, os resultados obtidos foram os que seguem:

⁵⁶ SÁ, I. de. Curso de Museologia-UNIRIO: 90 anos de avanços e desafios. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 39, 2022, grifo nosso.

Instituição	Mestrado			Doutorado		
	Total	Acessibilidade	%	Total	Acessibilidade	%
Bahia (UFBA)	61	0	0%			
Piauí (UFPI)	75	1	1%			
Rio de Janeiro (Unirio)	178	4	2%	60	2	3%
Rio Grande do Sul (UFRGS)	41	0	0%			
São Paulo (USP)	108	2	2%			

Quadro 2: Trabalhos apresentados nas pós-graduações | Fonte: Pesquisa de doutoramento (em curso), elaborado por Carla Grião, [2023].

A primeira coluna apresenta a instituição brasileira que possui programas de mestrado e/ou doutorado. A segunda coluna é subdividida em três outras: a primeira apresenta a quantidade total de dissertações de mestrado produzidas; a segunda, a quantidade específica de trabalhos relacionados à acessibilidade e inclusão, considerando as palavras-chave apresentadas na introdução deste artigo; e a terceira, o percentual dos estudos sobre acessibilidade relacionados à quantidade total de dissertações em museologia depositados na instituição. A última coluna é dividida da mesma forma, porém para as teses de doutorado (no momento, a única instituição brasileira que possui doutorado em museologia é a Unirio).

A partir dos dados levantados, observamos que, das 463 teses e dissertações em museologia, apenas nove discutiram assuntos relacionados à deficiência, à inclusão e à acessibilidade. Isso representa pouco menos de 2% do total da produção acadêmica da pós-graduação do país, um número notadamente irrisório.

É possível inferir que a ausência de trabalhos na pós-graduação é resultado direto da ausência das temáticas relacionadas à deficiência na graduação, conforme mencionamos anteriormente. Se o assunto não é discutido com estudantes recém-ingressos/as nos cursos de museologia do país, como esperar que eles aprofundem a temática na pós-graduação? Há, portanto, um efeito em cadeia nos espaços acadêmicos que certamente se reflete nas práticas desen-

volvidas nos museus e espaços afins. Nesse sentido, a efetividade das políticas públicas relacionadas à acessibilidade cultural torna-se seriamente comprometida nos museus também pela forma como a temática é trabalhada nos espaços universitários.

Museólogas, profissionais e grupos de pesquisa que atuam na graduação e pós-graduação

Impulsionadas pelo trabalho de Liana Ocampo, temos buscado mapear profissionais graduadas em museologia que trabalham com acessibilidade. Assim, a fim de torná-las mais conhecidas – porém sem almejar findar a lista de pessoas atuantes no campo –, destacamos algumas protagonistas, em ordem cronológica de graduação em museologia.

Isabel Portella (graduada em 1992 pela Unirio) tem uma extensa reflexão e práticas de curadoria acessível, é autora do verbete de “acessibilidade plena” no *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*⁵⁷ e é uma pessoa com deficiência. Débora Rodrigues (1999/Unirio) é autora da primeira tese defendida no doutorado em Museologia e Patrimônio da mesma universidade (estudo que abordaremos no tópico seguinte). Valéria Abdalla (2005/UFBA) atuou com educação e acessibilidade no Museu Histórico Nacional.⁵⁸ Aline Castro (2006/Unirio) é doutora em Ciências (Geologia) pela UFRJ, diretora do Museu da Geodiversidade (UFRJ), professora e vice-coordenadora do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural (UFRJ). Silvilene Moraes (2009/Unirio) completou seu doutorado no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Unirio/Mast com foco em inclusão, diversidade e interculturalidade. Carla Grião (2014/UFOP) dedica-se a pesquisas sobre aces-

⁵⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília, DF: Ibram, 2018. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2021.

⁵⁸ OLIVEIRA, L.; FARIAS, V. Uma ação educativa sobre acessibilidade no Museu Histórico Nacional. In: NORBERTO ROCHA, J. (org.). *Acessibilidade em museus e centros de ciências: experiências, estudos e desafios*. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj/Grupo Museus e Centros de Ciências Acessíveis, 2021. Disponível em: <https://grupomccac.org/am/>. Acesso em: 14 maio 2024.

sibilidade em museus, visando uma abordagem mais inclusiva da museologia, concentrando-se em instituições museais e culturais, propondo espaços museológicos mais acessíveis e acolhedores para todas as pessoas. Karlla Kamylla Passos (2017/UFG) trabalha com educação e acessibilidade de maneira transversal, atua no projeto “Acessibilidade e inclusão nos museus do Instituto Butantan: tecnologia assistiva e formação de equipes”. Patrícia Barbosa (2017/UFRGS) está fazendo mestrado na mesma instituição e se debruça sobre a trajetória de Liana Ocampo.

Cabe destacar que, dessa lista, metade das graduadas é formada na Unirio. Acreditamos que há mais profissionais que atuam nesse campo, seja com publicações na área e/ou atuação práticas com museus e patrimônios. Esperamos que suas contribuições sejam cada vez mais referenciadas.

Destacamos ainda profissionais com deficiência e que atualmente estão em formação na graduação em museologia, como Anahí Mello (UFSC), que trabalha com a temática de gênero e deficiência, além de Leandro Pereira (UFPEL), que tem desenvolvido pesquisas e palestras focadas na acessibilidade cultural.

Dentre profissionais com outra graduação e formação em museologia na pós-graduação, temos Amanda Tojal e Margarete de Oliveira, ambas museólogas com registro no Corem 4R e com atuação na acessibilidade em museus. Além de Larissa Foronda, que não tem o registro e que atua com acessibilidade em São Paulo, assim como as duas museólogas citadas acima.

Há ainda iniciativas relevantes para alavancar a pauta, mas que não estão diretamente vinculadas a cursos de museologia. Para citar duas delas, temos o curso de especialização em Acessibilidade Cultural da UFRJ e o Grupo Museus e Centros de Ciências Acessíveis (MCCAC).

O curso de Acessibilidade Cultural na sua atual estrutura faz parte da Faculdade de Medicina da UFRJ, na área de Terapia Ocupacional – que historicamente tem trabalhado com acessibilidade e inclusão sociocultural⁵⁹ – e tem como coordenadoras Patrícia Silva

⁵⁹ Mais informações em: <https://ppgfm.medicina.ufrj.br/index.php/lato-sensu/especializacao/acessibilidade-cultural>. Acesso em: 15 maio 2024.

Dornelles (graduação e doutorado em Terapia Ocupacional) e Aline Castro (museóloga, doutora em Ciências). Seu objetivo é

[...] formar especialistas para atuar no campo das políticas culturais, orientando e implementando conteúdos, ferramentas e tecnologias de acessibilidade que proporcionem fruição estética, artística e cultural para todas as condições humanas a partir da sensibilização e compreensão das diferentes deficiências.⁶⁰

Criado em 2010 em uma parceria da UFRJ com o Ministério da Cultura, até 2020 ele teve três turmas (2013, 2015 e 2018).⁶¹ O curso atuou como um impulsionador de políticas de acessibilidade na universidade e em alguns museus, colocando em contato profissionais universitários e da área das artes, cultura, saúde e educação.

O Grupo MCCAC, criado em 2016, tem foco tanto em cursos de graduação e pós-graduação quanto na formação continuada de profissionais que atuam em museus e afins. Realiza também pesquisa e publicações que servem como base para a ação em prol de uma sociedade mais inclusiva e diversa e é composto por quinze pesquisadores e profissionais em diferentes estágios de suas carreiras e de diversas áreas do conhecimento – museologia, divulgação científica, design gráfico, educação, produção cultural, biologia, física e química. Além disso, nos últimos três anos, organizou eventos que abordaram diretamente questões de acessibilidade, inclusão e representatividade (como os Encontros para a Diversidade na Ciência e Cultura, em 2022).⁶² As pesquisas são realizadas, em sua maioria, em museus: no último projeto escrito para o CNPq e aprovado pelo comitê de ética, dezenove museus de diferentes partes do país formalmente aceitaram participar. O grupo estima

⁶⁰ Trecho retirado do portal do curso. Disponível em: <https://ppgfm.medicina.ufrj.br/index.php/lato-sensu/especializacao/acessibilidade-cultural>. Acesso em: 15 maio 2024.

⁶¹ SANTOS, D. D. S. O.; CASTRO, A. R. de S. F. de; GOMES, R. de C. O.; AZEDIAS, R. L. L. G. de; MELO, V. F. de. Entre fios e desafios: o Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural (CEAC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro como ponto de encontro e formação de técnicos administrativos em educação que atuam pela acessibilidade e inclusão na UFRJ. *Revista Práticas em Gestão Pública Universitária*, v. 4, n. 2, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/pgpu/article/view/38617>. Acesso em: 15 maio 2024.

⁶² Ver mais informações em: <https://grupomccac.org/publicacoes/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

que nos últimos três a quatro anos já formou mais de quinhentos profissionais de áreas distintas que atuam em museus e espaços científico-culturais.

Integrantes do grupo já ofertaram aulas gratuitas nos cursos de museologia na UFG. A referida graduação ofertou uma disciplina optativa de férias em 2021 com a temática de acessibilidade na intersecção com a comunicação patrimonial, e na ocasião algumas pessoas que integram o MCCAC participaram de uma aula. A disciplina também contou com a participação de profissionais de museus com deficiência. Cabe reforçar que a graduação da UFG – como todas as outras, com exceção da UFS – não oferece disciplina voltada para a acessibilidade e conta com apenas uma referência sobre o tema na disciplina de expografia, mas a acessibilidade acaba não sendo amplamente abordada. O MCCAC também já participou de aulas nas graduações em museologia da UFMG, UFRGS e Unirio – nesta, como em outros casos, por três anos consecutivos. Há ainda materiais disponibilizados de forma gratuita que podem ser baixados pelo site, como o *Guia de museus e centros de ciências acessíveis da América Latina e do Caribe*,⁶³ o *Glossário de sinais dos museus brasileiros*,⁶⁴ e o livro *Acessibilidade em museus e centro de ciências: experiências, estudos e desafios*⁶⁵ – composto por 32 capítulos de 66 autores/as (alguns/mas com deficiência) de diferentes formações,

⁶³ NORBERTO ROCHA, J.; MASSARANI, L.; GONÇALVES, J.; ABREU, W.; FERREIRA, F. B.; MOLENZANI, A. (org.). *Guia de museus e centros de ciências acessíveis da América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2017. v. 1. 153 p. Disponível em: <https://grupomccac.org/guia/>. Acesso em: 14 maio 2024.

⁶⁴ Disponível em: <https://grupomccac.org/glossario/>. Acesso em: 15 maio 2024. Para mais informações, ver: HECK, G. S.; NORBERTO ROCHA, J. Museums and Deaf Population in Brazil Creating a Collective Glossary of Museum Signs in Brazilian Sign Language. *ReVista Harvard Review of Latin America*, 2021. Disponível em: <https://revista.drclas.harvard.edu/museums-and-deaf-population-in-brazil/>. Acesso em: 15 maio 2024.

⁶⁵ NORBERTO ROCHA, J. (org.). *Acessibilidade em museus e centros de ciências: experiências, estudos e desafios*. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj; Grupo Museus e Centros de Ciências Acessíveis, 2021. Disponível em: <https://grupomccac.org/am/>. Acesso em: 15 maio 2024.

entre os/as quais destacamos aqui aquelas/es com graduação em museologia: Castro,⁶⁶ Farias,⁶⁷ Gitsin,⁶⁸ Passos⁶⁹ e Rocha.⁷⁰

Dadas as diversas iniciativas, não deixamos de ressaltar uma forte tendência entre elas: a questão regional na discussão. Cabe uma reflexão se no eixo Rio-São Paulo há maior debate de fato e/ou se as profissionais de outras regiões acabam invisibilizadas na narrativa oficial do eixo. Um último exemplo fora desse eixo foi a gestão 2015-2016 da REM-Goiás, mencionada rapidamente acima, mas sobre a qual é válido detalhar um elemento. A Rede era coordenada pela museóloga, graduada em museologia, Aluane de Sá e tinha o apoio da professora Camila Moraes Wichers na coordenação do projeto de extensão, além da participação de estudantes de museologia da UFG na gestão como bolsistas remunerados/as e voluntárias/os, como Karlla Kamylla Passos. Essa gestão da Rede organizou cinco encontros e um seminário internacional com a temática “Arte, museus e acessibilidade”. Destacamos o segundo encontro, intitulado “Os museus, seus públicos e o compromisso da acessibilidade”, no Centro Cultural Jesco Puttkamer, e V Encontro da Artes, Museus e Acessibilidade nas Paisagens de Goiás, ocorrido nos Lares São José e São Vicente de Paulo na cidade de Goiás. As atividades foram detalhadas no livro *Arte, museus e acessibilidade: reflexões da Rede de Educadores em Museus de Goiás*.⁷¹

Acreditamos que, mesmo que os dados acerca das disciplinas e referências sobre acessibilidade nas graduações em museologia sejam insuficientes para o que o debate pede, temos outros exemplos de ações, como a da UFG e da REM-Goiás, em outros cursos. Desejamos que as iniciativas sejam cada vez mais contínuas, em todas as graduações, e que sejam mais divulgadas, especialmente aquelas para além do Sul-Sudeste.

⁶⁶ Disponível em: <https://grupomccac.org/am/capitulo-9/>. Acesso em: 15 mai 2024.

⁶⁷ Disponível em: <https://grupomccac.org/am/capitulo-27/>. Acesso em: 15 mai 2024.

⁶⁸ Disponível em: <https://grupomccac.org/am/capitulo-29/>. Acesso em: 15 mai 2024.

⁶⁹ Disponível em: <https://grupomccac.org/am/capitulo-11/>; <https://grupomccac.org/am/capitulo-12/>. Acesso em: 15 maio 2024.

⁷⁰ Disponível em: <https://grupomccac.org/am/capitulo-31/>. Acesso em: 15 maio 2024.

⁷¹ SILVA, A. de S.; MORAES WICHERS, C. A. de. *Arte, museus, acessibilidade: reflexões da Rede de Educadores em Museus*. Goiânia: LÍgráfrica, 2016, p. 63. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/188/o/ArteWichers.pdf>. Acesso em: 12 maio 2024.

Considerações finais

O artigo demonstra como a acessibilidade ainda é um tópico muito pouco abordado nos cursos de graduação e pós-graduação em museologia no Brasil. Assim, propomos um debate sobre as escolhas e as prioridades da área da museologia no país – tanto no universo acadêmico, quanto no prático. O tema merece maiores aprofundamentos no que se refere aos programas pedagógicos curriculares de outras graduações que formam profissionais que tendem a atuar com museus, patrimônio e memória, bem como um aprofundamento necessário nas ementas das disciplinas de acessibilidade ou que abordam o tema em todas essas graduações.

O papel periférico das temáticas relacionadas à acessibilidade e à inclusão nas graduações reflete-se nos poucos trabalhos apresentados na pós-graduação e, conseqüentemente, nas poucas práticas (ou práticas inadequadas) desenvolvidas pelos museus e espaços afins, que normalmente adicionam alguns recursos de acessibilidade apenas para se adequarem às exigências legais. Embasamos essa afirmação nas experiências profissionais das autoras. Durante as discussões de projetos de acessibilidade em espaços culturais, a falta de interesse/conhecimento do assunto é, frequentemente, notória. Além de poucos recursos financeiros destinados à acessibilidade, é muito comum que os museus e espaços afins se preocupem apenas com o mínimo exigido pelas legislações ou, em especial, pelos projetos de fomento à cultura que exigem iniciativas de acessibilidade nos espaços que são por eles contemplados. São raros aqueles que, efetivamente, estão preocupados em oferecer ao público com deficiência uma experiência que seja tão significativa quanto aquela oferecida aos demais públicos.

Conforme reiteramos ao longo deste texto, os poucos espaços para a discussão acadêmica da acessibilidade utilizam referências bibliográficas produzidas por autores/as que não estão ligados/as diretamente à formação em museologia, restringindo-se normalmente a profissionais e intelectuais com formação em arquitetura e urbanismo. Se, em outros momentos, existia de fato uma falta de museólogas/os/ues especializadas/os/des no assunto, essa realidade não mais existe. A valorização desses/as profissionais e aca-

dêmicos/as para embasar cursos que trabalham com a acessibilidade certamente serviria de incentivo para que novos/as estudantes se aprofundassem no assunto e contribuíssem para a ampliação de práticas acessíveis. É importante ressaltar uma tendência regional evidente, na qual o eixo Rio-São Paulo chama atenção por apresentar maior debate sobre acessibilidade e por ter profissionais de outras regiões em destaque. No entanto, não nos foi permitido concluir se isso é resultado da atuação no campo ou se representa uma invisibilização de narrativas que não pertencem ao eixo Rio-São Paulo.

Devemos ter em mente que a nova definição de museus proposta pelo Icom (2022) traz palavras-chave como: acessível, inclusão, diversidade e sustentabilidade. Para nós, não é possível adequar os espaços museais brasileiros a essa definição sem problematizarmos as escolhas feitas nos cursos de museologia. É preciso provocar o espaço, tomar uma posição, para que a temática da acessibilidade em museus não seja só acessório na formação de museólogas/os/ues.

Vale destacar e valorizar também iniciativas que não estão diretamente vinculadas à estrutura formal dos cursos de graduação e pós-graduação em museologia, reconhecendo que há muita potência em ações e profissionais que atuam com o mesmo ideal, mas em outras áreas do conhecimento que a interseccionam ou tangenciam, e que definitivamente estão nos museus e suas práticas. Como podemos, então, unir a formação universitária de museólogas/os/ues com práticas híbridas de outras áreas do conhecimento? Seria essa uma das possíveis soluções para alavancar e, de fato, retirar o silenciamento dessa temática das grades curriculares da graduação em museologia no Brasil?

Por fim, ao analisarmos as presenças e majoritariamente as ausências da acessibilidade como temática de discussão em comitês e eventos internacionais contemporâneos, observamos que o Brasil não está destoando das demais nações com relação aos desafios a serem enfrentados nos cotidianos das formações, práticas e políticas. No conjunto, observamos que há um desejo comum de prover acessibilidade e inclusão e, ao que nos parece, todos ainda estão aprendendo juntos e em movimento.

Embora existam algumas discussões pontuais sobre acessibilidade e inclusão em determinadas graduações, e museólogas engajadas nesse tema, os dados indicam uma carência significativa na abordagem da acessibilidade na formação em museologia no Brasil. Certamente, o nosso país, mesmo com todas as ausências, silenciamentos e barreiras histórica e politicamente colocadas, ainda tem lugar de destaque quando comparado a práticas de outras nações e possui profissionais competentes que desejam sustentar a pauta. O que precisamos é que essas vozes não sejam mais silenciadas pelas rígidas estruturas sociais, políticas, institucionais e curriculares. Precisamos de holofotes, alavancas, sustentação e ativismo.

Karlla Kamylla Passos | Graduada em Museologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG); doutora em Museologia pela Universidade Lusófona; mestra em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Atualmente é bolsista no projeto "Acessibilidade e inclusão nos museus do Instituto Butantan: tecnologia assistiva e formação de equipes". Foi professora substituta no curso de Museologia da UFG (2021-2023) e educadora no Museu de Astronomia e Ciências Afins (2019-2021), atuando principalmente com acessibilidade das ações *online* e exposições virtuais. E-mail: kamylla.passos@hotmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0419-2751>.

Carla Grião da Silva Bernardino | Bacharel em museologia pela Universidade Federal de Ouro Preto; doutoranda em Sociomuseologia pela Universidade Lusófona; mestre pelo Programa de Culturas e Identidades Brasileiras da Universidade de São Paulo (USP). É membro do Centro de Documentação e Informação da Pessoa com Deficiência Rui Bianchi do Nascimento e da diretoria do Conselho Regional de Museologia da 4ª Região. Participa do Grupo de Estudos Sociomuseologia e Acessibilidade Cultural da Cátedra Unesco: Educação, Cidadania e Diversidade Cultural. Atualmente pesquisa acessibilidade em museus e realiza serviços afins em instituições museológicas e culturais. E-mail: carlagriao@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3596-6847>.

Jessica Norberto Rocha | Doutora em Educação pela USP, mestre em Divulgação Científica e Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), graduada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é divulgadora científica e pesquisadora da Fundação Centro de Ciências e de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Fundação Cecierj), coordenadora do grupo de pesquisa Museus e Centros de Ciências Acessíveis (MCCAC); e professora em diversos programas de pós-graduação da Fiocruz e do IFRJ (*campus* Maracanã). E-mail: jessicanorberto@yahoo.com.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9754-3874>.

<< [Voltar ao início](#)